

MUNICÍPIO DE ESPERANÇA DO SUL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015

31 DE MAIO DE 2015

CARGO:
Procurador Jurídico

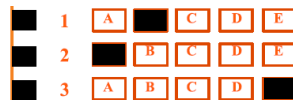
INSTRUÇÕES

Este Caderno de Questões contém **40 questões**, constituídas com cinco opções (A, B, C, D, E) e **uma única resposta correta**. Em caso de divergência de dados e/ou de defeito no Caderno de Questões, solicite providências ao fiscal de sala.

Você receberá juntamente com o Caderno de Questões, o **Gabarito**, o qual conterà o **Cartão de Identificação** e o **Cartão Resposta**.

O **Cartão de Identificação** deverá ser preenchido atentamente com **Nome, Nº da Inscrição, Data de Nascimento e Assinatura**.

As respostas do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o **Cartão Resposta**, na ordem de 01 a 40, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de acordo com as orientações de preenchimento abaixo:



O **Cartão Resposta** é o único documento válido para a correção das provas e o não preenchimento correto implica a anulação da questão. **Não será fornecido**, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta por erro de preenchimento por parte do candidato.

O Gabarito é **insubstituível** e de inteira responsabilidade do candidato, por isso não deve ser amassado, dobrado, rasgado ou rasurado.

Durante a realização das provas **não será permitida qualquer consulta a materiais**, sejam didáticos ou eletrônicos. O candidato que for flagrado fazendo uso desses materiais estará automaticamente **eliminada** do Concurso Público.

A **interpretação das questões** é parte integrante da prova, não sendo permitido aos fiscais de sala auxiliar na interpretação.

A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e Gabarito, somente será permitida após transcorrido **40 minutos do início da mesma**.

Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão Resposta, **entregue o Caderno de Questões e o Gabarito ao fiscal de sala**. A não entrega de qualquer um dos itens especificados acima, implicará na eliminação do candidato do Concurso Público.

O tempo de duração total da prova é de **3 horas**, incluído o tempo para preenchimento do Gabarito.

O candidato poderá anotar suas respostas no gabarito disponível na última página da prova escrita objetiva para conferir com o gabarito oficial.

Os **3 últimos candidatos** ao terminar a prova deverão permanecer juntos em sala para, juntamente com os fiscais de sala, conferir os Gabaritos, assinar a folha ata e o lacre dos envelopes que guardarão os Cartões de Identificação, os Cartões Resposta e os Cadernos de Questões.

A **desobediência** a qualquer uma das determinações constantes do Edital de Concurso Público, do presente Caderno de Questões e de preenchimento do Gabarito, implicará na **eliminação do candidato** do Concurso Público.

O **Gabarito Preliminar** e a **prova escrita objetiva** estarão disponíveis, no dia **01 de junho de 2015**, no site www.alternativeconcursos.com.br.

É facultado ao candidato interpor **recurso** contra as questões da prova escrita objetiva através do email recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de **02 e 03 de junho de 2015**.

A tirinha abaixo servirá como base para responder as questões 01 a 03:



Disponível em: www.dialogoeducacional.blogspot.com

Acesso:15/05/2015

01) Dadas as informações:

1. Pode-se afirmar que Hagar, no último quadrinho, tanto foi temerário quanto intrépido.
2. Na tirinha temos predomínio da linguagem pejorativa.
3. A ação de Hagar para exemplificar o termo *intrepidez* poderia ser substituída por *uma aventura arriscada*.
4. Os adjetivos “temeridade” e “intrepidez” são sinônimos.

- a) Estão corretas somente as afirmativas 2 e 3.
- b) Estão corretas somente as afirmativas 1, 2 e 4.
- c) Estão corretas somente as afirmativas 2, 3 e 4.
- d) Estão corretas somente as afirmativas 1 e 3.
- e) Estão corretas somente as afirmativas 1, 3 e 4.

02) “A comida está fria!” O superlativo absoluto sintético da palavra sublinhada é:

- a) friazíssima
- b) frigidíssima
- c) frilíssima
- d) frialícima
- e) friálida

03) Em “É chegar em casa dois dias atrasado para o jantar do aniversário e reclamar que a comida está fria!”, o valor da conjunção destacada no período é de:

- a) Adversidade
- b) Alternância
- c) Conclusão
- d) Adição
- e) Explicação

04) “...*quantas músicas meu coração desejaria ouvir!*” O tempo verbal expresso no fragmento anterior é:

- a) Pretérito perfeito
- b) Futuro do pretérito
- c) Pretérito mais-que-perfeito
- d) Pretérito imperfeito

e) Futuro do presente

05) Marque a assertiva que apresenta erro quanto à regência verbal:

- a) Não assisti o último espetáculo do circo.
- b) Os alunos obedeciam a uma regra da instituição.
- c) Aspiro a uma ótima classificação na corrida de amanhã.
- d) Esqueci-me dos jornais sobre a cômoda.
- e) Cheguei a Paris ontem pela manhã.

06) Em quais das sequências o plural de todos os substantivos está de acordo com a variedade padrão da língua:

- a) pães; sótões; sempre-vivas; joãos-ninguéns.
- b) ticos-ticos; obras-primas; acórdãos; capitões.
- c) alazães; hambúrguers; tique-taques; beijas-flores.
- d) barris; seniores; mulas-sem-cabeças; afegões.
- e) bem-te-vis; abaixo-assinados; pagãos; troféus.

07) Os vocábulos abaixo são parônimos, ou seja, apresentam grafia semelhante à outra palavra, mas com significados diferentes. Aponte a alternativa em que a significação não corresponde ao termo dado:

- a) Acurado = feito com muito carinho
- b) Imissão = por em circulação
- c) Ratificar = confirmar
- d) Esbaforido = cansado
- e) Vultoso = volumoso

08) Em uma das sentenças abaixo o acento indicador de crase se faz necessário. Marque-a:

- a) Começou a sorrir repentinamente.
- b) Ficou frente a frente com seu rival.
- c) Sairei daqui a dez minutos.
- d) Retornamos a terra de meus pais.
- e) A loja não vende a prazo.

09) O verbo destacado na sentença: “O professor ofereceu auxílio ao aluno.” é denominado quanto à predicação como:

- a) verbo transitivo indireto
- b) verbo de ligação
- c) verbo transitivo direto
- d) verbo intransitivo
- e) verbo transitivo direto e indireto

10) Preencha as sentenças a seguir corretamente:

- I. O gerente iria apoiá-lo na venda, _____ desistiu.
- II. A secretária chegou cedo _____ de redigir os documentos necessários para a assembleia.

III. Quem sabe Paulo ainda reflita sobre o _____ de seu pedido de demissão.

IV. Carla e Fabiane saíram da escola sem dizer _____.

- a) mas – a fim – por quê - porquê
- b) mas – a fim – porquê – por quê
- c) mais – afim – porquê – por quê
- d) mas – afim – porquê – por quê
- e) mais – a fim – porque - porquê

Legislação

11) (Lei Orgânica do Município) Segundo a Lei Orgânica do Município de Esperança do Sul (RS), os símbolos do Município são:

- I. O Brasão.
- II. O Hino.
- III. A Bandeira.

- a) Somente I e II estão corretos.
- b) Somente II e III estão corretos.
- c) Somente I e III estão corretos.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

12) (Lei Orgânica do Município) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Esperança do Sul (RS), são poderes do Município, independentes e harmônicos:

- I. O Legislativo.
- II. O Judiciário.
- III. O Executivo.

- a) Somente I e II estão corretos.
- b) Somente II e III estão corretos.
- c) Somente I e III estão corretos.
- d) Nenhum está correto.
- e) Todos estão corretos.

13) (Lei Orgânica do Município) O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, composta de _____ vereadores e seu funcionamento deve ser observadas as normas estabelecidas em seu _____. Assinale a alternativa que completa corretamente o trecho acima:

- a) 7 – Controle Interno.
- b) 9 – Regimento Interno.
- c) 11 – Estatuto.
- d) 6 – Controle Interno.
- e) 8 – Estatuto.

14) (Lei Orgânica do Município) O mandato de cada membro da mesa da Câmara será de _____ ano(s), vedada a recondução no mesmo cargo. Assinale a alternativa que completa corretamente o trecho acima:

- a) 01
- b) 02
- c) 03
- d) 04
- e) 05

15) (Lei Orgânica do Município) A aquisição de bens pelo Município será realizada mediante prévia:

- a) Dotação Orçamentária.
- b) Cotação.
- c) Licitação.
- d) Autorização Legislativa.
- e) Análise Financeira.

16) (Lei Orgânica do Município) O uso, por terceiros, de bens municipais poderá ser efetuado mediante:

- I. Concessão.
- II. Permissão.
- III. Autorização de uso.

- a) Somente I e III estão corretos.
- b) Somente I e II estão corretos.
- c) Somente II e III estão corretos.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

17) (Lei Orgânica do Município) Será isento de imposto predial e territorial urbano o possuidor de imóvel urbano, aposentado, que possuir apenas um imóvel e comprovar renda não superior a:

- a) Meio salário mínimo mensal.
- b) Um salário mínimo mensal.
- c) Dois salários mínimos mensal.
- d) Três salários mínimos mensal.
- e) Quatro salários mínimos mensal.

18) (Regime Jurídico) Qual é a Lei que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos do Município de Esperança do Sul e dá outras providências?

- a) Lei n.º 178/2001.
- b) Lei n.º 293/2002.
- c) Lei n.º 871/2010.
- d) Lei n.º 1031/2012.
- e) Lei n.º 294/2002.

19) (Regime Jurídico) Os cargos públicos serão providos por:

- I. Nomeação.
- II. Recondução.
- III. Readaptação.
- IV. Reversão.
- V. Reintegração.
- VI. Aproveitamento.

- a) Somente I, III e V estão corretos.
- b) Somente I, V e VI estão corretos.
- c) Somente II, IV e VI estão corretos.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

20) (Regime Jurídico) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo decorrente de concurso público, poderá adquirir estabilidade após determinado período. O servidor estável só perderá o cargo:

- I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.
- III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei, assegurada ampla defesa.

- a) Somente I e II estão corretos.
- b) Somente II e III estão corretos.
- c) Somente I e III estão corretos.
- d) Nenhum está correto.
- e) Todos estão corretos.

21) (Regime Jurídico) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de _____ meses, durante o qual a sua aptidão, capacidade e desempenho serão objeto de avaliação por Comissão Especial designada para esse fim, com vista à aquisição da estabilidade. Assinale a alternativa que completa corretamente o trecho acima:

- a) 12
- b) 24
- c) 36
- d) 48
- e) 60

22) (Regime Jurídico) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I. Indenização.
- II. Abonos.
- III. Gratificações e adicionais.
- IV. Prêmio por assiduidade.
- V. Auxílio para diferença de caixa.

- a) Somente I, II e III estão corretos.
- b) Somente I, III e V estão corretos.
- c) Somente II, IV e V estão incorretos.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

23) (Regime Jurídico) São penalidades disciplinares aplicáveis a servidor após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o direito de defesa:

- I. Advertência.
- II. Suspensão.
- III. Demissão.
- IV. Cassação de aposentadoria ou da disponibilidade.
- V. Destituição de cargo ou função de confiança.

- a) Somente I, II, III e V estão corretos.
- b) Somente I, III e IV estão corretos.
- c) Somente II, IV e V estão corretos.
- d) Nenhum está correto.
- e) Todos estão corretos.

24) (Regime Jurídico) Conceder-se-á licença, se requerido, ao servidor ocupante de cargo efetivo:

- I. Por motivo de doença em pessoa da família.
- II. Para o serviço militar facultativo.
- III. Para concorrer a cargo efetivo.
- IV. Para tratar de interesses particulares.
- V. Para desempenho de mandato classista.

- a) Somente I, II e III estão corretos.
- b) Somente I, III e V estão corretos.
- c) Somente I, IV e V estão corretos.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

25) (Regime Jurídico) Após cada período de doze meses de vigência da relação entre o Município e o servidor, terá este direito a férias, na seguinte proporção: trinta dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de:

- a) Cinco vezes.
- b) Quatorze vezes.
- c) Quinze vezes.
- d) Vinte e cinco vezes.
- e) Trinta vezes.

Conteúdos Específicos

DIREITO CONSTITUCIONAL

26) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e tem por fundamentos:

- a) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
- b) A soberania dos estados-membros, a cidadania, os valores sociais do trabalho, e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
- c) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo partidário Estadual e Municipal.

- d) A soberania da União, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
- e) A soberania dos estados-membros, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo partidário estadual e municipal.

27) Acerca dos direitos e garantias individuais, previstos no art. 5º, da Constituição Federal, assinale a assertiva correta:

- a) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) É livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo toda pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) O Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, tendo em vista que sua legislação Constitucional é considerada totalmente completa e eficaz.
- d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- e) Não haverá pena de caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada.

28) Sobre a edição de Medida Provisória, é incorreto afirmar que:

- a) É vedada sua edição tendente a alterar direito processual civil, direito penal e direito processual penal.
- b) É proibida a elaboração/edição de medida provisória que verse sobre matéria reservada a lei complementar.
- c) Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando suspensas todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando, até que sua votação seja encerrada.
- d) Sua vigência será prorrogada uma única vez e por igual período, desde que no prazo de sessenta dias contados de sua publicação, não tiver sido votada por uma das casas do Congresso Nacional.
- e) Sendo aprovado o projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta se manterá integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

29) A Emenda Constitucional n.º 19/98, que, dentre várias alterações e inovações, alterou o “caput” e diversos incisos do art. 37, da Constituição Federal, trazendo novo princípio basilar para a Administração Pública. Tal princípio é:

- a) da moralidade.
- b) da eficiência.
- c) da legalidade.
- d) da publicidade.
- e) da impessoalidade.

30) Trata-se de ato administrativo “que contém um comando geral do Executivo, visando a correta aplicação da lei; estabelecem regras gerais e abstratas, pois visam a explicitar a norma legal”. Tal conceito caracteriza:

- a) os atos normativos.
- b) os atos ordinatórios.
- c) os atos negociais.
- d) os atos enunciativos.
- e) os atos punitivos.

31) Em relação aos atos de improbidade administrativa, além das punições dos agentes nas esferas civil, penal e administrativa, previstas em legislação específica, a Lei n.º 8.429/92, prevê as penas aplicáveis aos responsáveis pelos atos de improbidade, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente. Tais sanções/penas caracterizam-se:

- a) Nos atos que causam prejuízo ao erário público, ressarcimento integral do dano, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- b) Nos atos que importam enriquecimento ilícito, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de dez anos.
- c) Nos atos que importam em enriquecimento ilícito, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, suspensão da função pública pelo período de 05 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de três anos.

- d) Nos atos que causam prejuízo ao erário, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, suspensão da função pública pelo prazo de cinco anos, pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- e) Nos atos que atentam contra os princípios da Administração Pública, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

32) Segundo a atual e moderna jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre o pagamento de ISSQN em obras de construção civil:

- a) Nos termos do art. 7º, da Lei Complementar n.º 116/2003, em obras de construção civil é autorizado ao contribuinte o desconto da base de cálculo do ISSQN, tão somente o valor dos materiais adquiridos de terceiros.
- b) Em que pese a Lei n.º 116/2003, o art. 9º, do Decreto Lei n.º 406/68 foi recepcionado pela atual Constituição, sendo que é autorizado o desconto da base de cálculo do ISSQN o valor concernente a todos os materiais aplicados na obra, independente de serem adquiridos de terceiros ou produzidos pelo contribuinte.
- c) É autorizado o desconto da base de cálculo do ISSQN somente do valor dos materiais produzidos pelo contribuinte, tanto na sua sede quanto no local da prestação de serviços.
- d) É autorizado ao município, a cobrança do ISSQN tendo como base de cálculo o valor integral da obra, desde que a forma de contratação do contribuinte seja na modalidade “obra global”.
- e) Nenhuma das alternativas.

33) Conforme previsão do § 1º, do art. 153, da Constituição Federal, ao Poder Executivo Federal é facultado alterar as alíquotas de impostos, desde que atendidas as condições e limites legais. Dentre os impostos que a lei confere tal direito, destacam-se:

- a) Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; produtos industrializados; e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- b) Importação de produtos estrangeiros; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; e imposto sobre grandes fortunas.
- c) Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; e propriedade territorial rural.
- d) Sobre produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; sobre a propriedade territorial rural.
- e) Renda e proventos de qualquer natureza; propriedade territorial rural; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; e imposto sobre grandes fortunas.

DIREITO DO TRABALHO

34) Sobre o contrato individual do trabalho, assinale a assertiva correta:

- a) Na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou equipamento fornecidos pelo empregador, serão de propriedade integral do empregado, salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto, implícita ou explicitamente, pesquisa científica, quando a invenção caberá integralmente ao empregador.
- b) Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.
- c) As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas, sem qualquer ressalva, tudo em observância ao princípio do “*pacta sunt servanda*”, aplicável ao Direito do Trabalho.
- d) O contrato individual de trabalho por prazo determinado somente pode ocorrer e será válido em duas situações, qual sejam de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação de prazo ou em contratos de experiência.
- e) Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho não subsistirão em caso de comprovada falência, concordata ou dissolução da empresa.

35) No mês de outubro de 2012, o Município de Catuípe, contratou Tício para atendimento ao público no balcão de uma de suas repartições, sem realização de concurso público, bem como sem que ele ocupasse função de confiança ou configuração de

algum caso de emergência. Após um ano de trabalho, o Município dispensou Tício sem efetuar o pagamento de qualquer verba, o que ensejou o ajuizamento de reclamatória trabalhista por Tício. Nesta situação, e com espeque no entendimento do Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) A situação caracteriza-se como trabalho ilícito, e, desta forma, a dispensa de Tício sem o pagamento de qualquer verba está correta, sob pena de violação ao contido na Constituição Federal Brasileira.
- b) Apesar do contrato de trabalho ser considerado ilícito, Tício possui o direito de receber seus direitos trabalhistas corretamente, haja vista que suas atividades beneficiaram o município, e, por consequência, sua população.
- c) Em decorrência do Princípio que veda o enriquecimento ilícito, em virtude da prestação dos serviços por Tício, este faz jus em perceber somente o valor do salário mensal.
- d) É caso legítimo de reintegração ao trabalho, tendo em vista que o contrato caracteriza-se como ato administrativo válido, ou, em caso de rescisão, Tício tem direito de receber todas as verbas rescisórias previstas pela legislação.
- e) O contrato que regulou a relação é considerado nulo, tendo Tício direito de receber somente o valor da contraprestação pactuada, pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36) Trata-se de “direito público, subjetivo e abstrato, de natureza constitucional, regulado pelo Código de Processo Civil, de pedir ao Estado-juiz o exercício da atividade jurisdicional no sentido de solucionar determinada lide” (WAMBIER, 2006). Este conceito refere-se à:

- a) Procedimento Ordinário.
- b) Jurisdição.
- c) Causa de pedir.
- d) Ação.
- e) Condições da ação.

37) A citação é o ato processual em que o réu ou interessado é chamado ao processo para se defender. Entretanto, tal ato processual não pode ocorrer, salvo em casos de perecimento do direito, nas seguintes situações:

- a) Aquele que estiver assistindo culto religioso; ao cônjuge ou a qualquer parente deste, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 03 (três) dias seguintes; aos noivos, nos 07 (sete) primeiros dias de bodas; e aos doentes, enquanto grave o seu estado.
- b) Aquele que estiver assistindo culto religioso; ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em terceiro grau, no dia do falecimento e nos 07 (sete) dias seguintes; aos noivos, nos 03 (três) primeiros dias de bodas; e aos doentes, enquanto grave o seu estado.
- c) Aquele que estiver assistindo culto religioso; ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em primeiro grau, no dia do falecimento e nos 07 (sete) dias seguintes; aos noivos, nos 03 (três) primeiros dias de bodas; e aos doentes, enquanto grave o seu estado.
- d) Aquele que estiver assistindo culto religioso; ao funcionário público; ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em terceiro grau, no dia do falecimento e nos 07 (sete) dias seguintes; aos noivos, nos 03 (três) primeiros dias de bodas; e aos doentes, enquanto grave o seu estado.
- e) Aquele que estiver assistindo culto religioso; ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 07 (sete) dias seguintes; aos noivos, nos 03 (três) primeiros dias de bodas; e aos doentes, enquanto grave o seu estado.

38) Devidamente citada em execução fundada no art. 730, do Código de Processo Civil, a Fazenda Pública poderá se manifestar nos seguintes termos:

- a) Dentre todas as situações, os embargos poderão versar sobre a inexigibilidade do título; cumulação indevida de execuções; ilegitimidade das partes; incompetência do juízo da execução, bem como suspeição ou impedimento do juiz.
- b) Apresentar exceção de incompetência do juízo juntamente com os embargos, sendo vedado situações de impedimento do juiz, pois tal pedido deveria ter sido apresentado durante a fase de conhecimento processual.
- c) Poderá alegar excesso de execução, desde que comprove: que houve irregularidade na constituição do título; que o credor pleiteia valores superiores ao contido no título; que a pretensão do credor recair sobre coisa diversa da declarada no título; ou situações que configurem a “exceção do contrato não cumprido”; ou em casos que o credor não comprove que a condição exigida não se realizou.

- d) Da decisão que julgar procedente os embargos à execução, caberá recurso de agravo de instrumento – art. 475-M, § 3º, do CPC – no prazo de 20 (vinte) dias, de acordo com os ditames do art. 188 do Código de Processo Civil.
- e) Mesmo que intempestivos, o magistrado dará oportunidade para o credor se manifestar sobre os embargos apresentados pela Fazenda Pública, no prazo legal, a fim de se atender aos Princípios da Ampla defesa e Contraditório, amplamente defendidos pela Legislação Processual Civil Brasileira.

DIREITO CIVIL

39) Em se tratando de obrigações alternativas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.
- b) Se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, a obrigação será extinta.
- c) A escolha cabe ao devedor, se não foi estipulada outra coisa, sendo-lhe vedado exigir que o credor receba parte de uma prestação e parte de outra.
- d) A escolha cabe ao credor, salvo estipulação em contrário, podendo requerer ao devedor que lhe pague parte em uma prestação e parte em outra.
- e) Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao juiz a escolha se não houver acordo entre as partes.

40) Acerca do Direito das Coisas, assinale a alternativa correta:

- a) Entre os casos de perda de propriedade, inclui-se a usucapião, que, sendo extraordinária ou urbana, exigem justo título e boa-fé do possuidor, bem como uso com “*animus domini*”, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos.
- b) No constituto proibitório, o possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito.
- c) A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a dono diverso, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- d) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, inclusive ensejando direito de retenção do bem pelo valor/importância destas; entretanto não terá direito a levantar as benfeitorias voluptuárias.

- e) São exemplos de direitos reais a propriedade, a superfície, as servidões, o usufruto, a habitação, a hipoteca, o aval e anticrese, previstos no art. 1.225 do Código Civil Brasileiro.